

15-0296/2018



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

**DOCREC - DOCUMENTO RECEBIDO 296/2018 DE
23/04/2018**

Promovente:

TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Ementa:

ENCAMINHA A REPRODUÇÃO DO R. DESPACHO DO
EXCELENTÍSSIMO SR. CONSELHEIRO MAURICIO FARIA, BEM
COMO CÓPIA DO RELATÓRIO ELABORADO PELA SUBSECRETARIA
DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DESTA CORTE. TC Nº
72.001.459.18-50

Observações:

ARQUIVADO



TRIBUNAL DE CONTAS DO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
ISO 9001
Gabinete da Presidência

forma nº 1 do proc.
nº 15-296 de 20 18

DIEGO MARINETTO
Técnico Administrativo
RF. 11.478



TID 17588455

Ofício SSG-GAB nº 8296/2018

DOCREC

Processo TC nº 72.001.459.18-50

296/2018

Assunto: Prefeitura do Município de São Paulo – Auditoria – Plano Plurianual – PPA (2014-2017)

(Pede-se o uso destas referências)

Documentação acompanhante: cópia de fls. 24 a 34 e verso do processo TC supra (as cópias encaminhadas não deverão retornar ao TCM)

São Paulo, 19 de abril de 2018.

Senhor Presidente

URGENTE

Dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar para ciência, a reprodução do r. despacho do Excelentíssimo Senhor Conselheiro **Mauricio Faria**, bem como cópia do Relatório elaborado pela Subsecretaria de Fiscalização e Controle desta Corte.

Ao ensejo, renovo protestos de elevado apreço e distinta consideração.


JOÃO ANTONIO
Presidente

Ao
Excelentíssimo Senhor
Milton Leite
Câmara Municipal de São Paulo
Presidência
Palácio Anchieta
Viaduto Jacareí, 100
Bela Vista

/wf

CMSP SGA.6 Unidade Protocolo 23/04/2018 09:00 270603

Segue(m) juntado(s), nesta data,
documento(s) rubricado(s) sob nº
2 a 11 e folha de informação
sob nº 12/13/14 23 4 15
Ass: Diego Marínietto

Diego Marínietto
Técnico Administrativo
RF. 11.478



RELATÓRIO DE AUDITORIA PROGRAMADA

1 - ORDEM DE SERVIÇO

Nº 2018.11451.1

2 - IDENTIFICAÇÃO

2.1 - Objeto

PLANO PLURIANUAL – PPA 2014-2017

2.2 - Objetivo

Avaliar o cumprimento das metas do instrumento de planejamento.

2.3 - Área Auditada

Secretaria Municipal da Fazenda - SF.

2.4 - Período de Realização

19.2.2018 a 6.4.2018

2.5 - Período de Abrangência

Resultados dos exercícios de 2014 a 2017

2.6 - Equipe Técnica

Guilherme Estanislau do Amaral	TC	1.542
José Janeiro Perez Filho	TC	479
Rubens Antônio Nigro Ramos	TC	949

2.7 - Procedimentos

Em atendimento ao previsto no programa de fiscalização elaborado para a presente auditoria programada, foram aplicados os seguintes procedimentos:

- Levantamento da legislação e das metas estabelecidas no Plano Plurianual – PPA (Lei Municipal nº 15.949 de 30.12.2013, que dispõe sobre o PPA para o quadriênio 2014-2017) e a sua compatibilidade com os demais instrumentos de planejamento.
- Análise, de forma global, dos melhores e dos piores resultados alcançados pelo governo na execução do Plano Plurianual 2014-2017.
- Levantamento dos resultados e indicadores de desempenho relativos à execução dos itens do Plano Plurianual 2014-2017.

[Handwritten signature]

2.8 - Siglas

AHM - Autarquia Hospitalar Municipal
AMLURB - Autoridade Municipal de Limpeza Urbana
CEI - Centro de Educação Infantil
CEU - Centro Educacional Unificado
CMSP - Câmara Municipal de São Paulo
COPLAN - Coordenadoria de Planejamento
EGM - Encargos Gerais do Município
FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social
FMDT - Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito
FMLU - Fundo Municipal de Limpeza Urbana
FMS - Fundo Municipal da Saúde
FUNDURB - Fundo de Desenvolvimento Urbano
IPREM - Instituto de Previdência Municipal
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOM - Lei Orgânica do Município de São Paulo
PMSP - Prefeitura do Município de São Paulo
PPA - Plano Plurianual
PR - Prefeitura Regional
SEHAB - Secretaria Municipal da Habitação
SEME - Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
SEMPLA - Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão
SF - Secretaria Municipal da Fazenda
SGM - Secretaria do Governo Municipal
SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SMC - Secretaria Municipal da Cultura
SMDHC - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
SMDU - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
SME - Secretaria Municipal da Educação
SMG - Secretaria Municipal de Gestão
SMIT - Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia
SMPED - Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência
SMPR - Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais
SMS - Secretaria Municipal da Saúde
SMSO - Secretaria Municipal de Serviços e Obras
SMSU - Secretaria Municipal de Segurança Urbana
SMT - Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes
SMTE - Secretaria Municipal do Trabalho e Empreendedorismo
SMUL - Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento



SUPOM - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Municipal

SVMA - Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente

TCMSP - Tribunal de Contas do Município de São Paulo

3 - RESULTADO

3.1 - Introdução

O PPA, conforme o disposto no parágrafo 1º do artigo 165 da Constituição Federal e nos artigos 69, inciso X, e 137, inciso I e parágrafo 1º, da Lei Orgânica do Município de São Paulo – LOM estabelece de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

O PPA, para o quadriênio 2014-2017, foi sancionado pela Lei Municipal nº 15.949 de 30.12.2013.

3.2 - Estrutura do Plano Plurianual – PPA 2014-2017

O PPA 2014-2017 agrupou suas ações em 26 programas, sendo 20 deles distribuídos em três eixos entre o suporte da máquina administrativa e finalísticos e os seis demais sem definição de eixo específico.

De acordo com a estrutura adotada foram estabelecidos para cada um dos programas definidos, dentre outras indicações, o valor previsto do programa em cada exercício do quadriênio, com a indicação dos seus projetos e atividades e as metas físicas para as ações (projetos/atividades/operações especiais), estas destacadas apenas para o exercício de 2014, sendo que para o restante do quadriênio foram apresentadas de forma englobada.

3.3 - Avaliação do cumprimento das metas estabelecidas no PPA 2014-2017

Neste momento processual, nos termos do objetivo e período de abrangência desta fiscalização, serão analisados, de forma global, os melhores e os piores resultados alcançados pelo governo na execução do Plano Plurianual 2014-2017.

A Lei Municipal nº 15.949 de 30.12.2013, que instituiu o Plano Plurianual para o quadriênio 2014-2017, estabeleceu em seu artigo 6º que a avaliação física e

financeira dos programas é inerente às responsabilidades do órgão responsável e objetivará a aferição do resultado com base nas metas fixadas e subsidiar a alocação dos recursos. No parágrafo 1º do mesmo artigo, estabeleceu que anualmente a então Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEMPLA disponibilizaria relatórios de acompanhamento da execução física e financeira dos programas estabelecidos pela lei em questão. Acrescenta ainda, em seu artigo 9º, que será realizada anualmente avaliação física e financeira da consecução dos objetivos dos programas, expressos pelos indicadores e pelas metas das ações a eles associados.

Com a edição do Decreto Municipal nº 55.966 de 27.2.2015, foi transferida para a Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico – SF, dentre outras, as atribuições relativas à elaboração da proposta do Plano Plurianual – PPA e o acompanhamento de sua execução, bem como a estrutura da Coordenadoria de Planejamento – COPLAN, anteriormente ligada à SEMPLA e responsável por essas atribuições.

Assim, para avaliar o cumprimento das metas do PPA 2014-2017, solicitamos a essa Coordenadoria de Planejamento – COPLAN, atualmente subordinada à Secretaria Municipal da Fazenda - SF, os relatórios e dados consolidados dos resultados referentes ao quadriênio encerrado em 2017, conforme requisição de fl. 4.

Em resposta a essa solicitação (fls. 5/21), a COPLAN contextualizou os aspectos referentes ao acompanhamento e monitoramento do PPA 2014-2017 advindos da transferência de competências ocorridas com a aplicação do decreto acima citado, tendo sido criada uma situação de descontinuidade administrativa dentro da gestão no meio do processo de execução do PPA em questão, comprometendo assim o cumprimento integral dos dados requeridos por esta auditoria. Ademais, dadas as dificuldades administrativas noticiadas, os recursos disponíveis foram priorizados para o acompanhamento e monitoramento do Programa de Metas 2013-2016, este contido em parte no PPA 2014-2017, cujos resultados foram publicados no Diário Oficial da Cidade em 31.12.2016 e estariam



disponíveis no endereço eletrônico [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/gestao/arquivos/Balanco% 20final%20de%20gestao%20-%20Haddad.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/gestao/arquivos/Balanco%20final%20de%20gestao%20-%20Haddad.pdf)".

Sendo assim, o acompanhamento do PPA teria ficado em segundo plano no âmbito da Prefeitura, de modo que teria restado a ele um papel estritamente técnico-orçamentário, desempenhado pela COPLAN, em que se perdeu o foco de acompanhamento das entregas físicas realizadas por cada secretaria.

Não obstante ao relatado, a equipe de SF/SUPOM/COPLAN, em função de sua responsabilidade institucional e legal, após contato com todas as Secretarias Responsáveis e Participantes dos 20 Programas que compunham o PPA 2014-2017, elaborou dois relatórios, às fls. 5/21, que acompanharam a sua resposta, quais sejam: Anexo I - Relatório de Acompanhamento e Monitoramento da Execução Física das Ações Orçamentárias do PPA 2014-2017; e Anexo II - Relatório de Acompanhamento e Monitoramento da Execução Orçamentário-Financeira dos Programas 2014-2017.

Apreciando esses anexos, cabe destacar que, embora o título do Anexo I remeta à execução física das ações orçamentárias, no documento encaminhado a apreciação e avaliação da execução, acaba recaindo apenas em dados orçamentários e financeiros, não apresentando nenhuma informação efetiva das execuções físicas.

Dessa forma, os dados sobre a realização do PPA 2014-2017 carecem de uma avaliação criteriosa a ser feita no âmbito de cada um dos órgãos envolvidos na execução de suas ações e também pela Coordenadoria de Planejamento – COPLAN, atualmente ligada à Secretaria Municipal da Fazenda - SF, que deveria deter também a compilação dos dados do cumprimento das metas físicas apresentados pelas unidades responsáveis pela realização dos programas. Essa avaliação deve abranger também os resultados apurados para os respectivos indicadores estabelecidos no PPA para os objetivos de cada um dos programas previstos, conforme preceituam dispositivos contidos na própria Lei Municipal nº 15.949 de 30.12.2013 que instituiu o Plano Plurianual para o quadriênio 2014-2017, combinados com as mudanças de atribuições instituídas pelo Decreto Municipal nº 55.966 de 27.2.2015. **(Conclusão item 4 "c")**

Diante disso, uma vez que não foram apresentados dados sobre a execução física das metas, buscamos avaliar os resultados verificados apenas no cumprimento das metas financeiras, relativas aos exercícios de 2014 a 2017, conforme subitens deste relato a seguir, estabelecidas para os programas previstos nesse PPA e para as ações dos principais programas finalísticos, tendo como base os dados orçamentários e financeiros encaminhados pela SF/SUPOM/COPLAN nos anexos acima mencionados e, especialmente, aqueles disponibilizados no Sistema ÁBACO deste Tribunal.

3.3.1 - Despesas por Eixos

O PPA para o quadriênio 2014-2017 aprovou despesas na ordem de R\$ 215,3 bilhões distribuídos em três eixos: *Compromisso com os direitos sociais e civis*, *Desenvolvimento econômico sustentável com redução das desigualdades* e *Gestão descentralizada participativa e transparente* e em 26 programas sendo, 20 programas inclusos nos nesses eixos e seis programas sem destinação em eixo específico. A execução orçamentária para o período revelou que foram liquidadas despesas da ordem de R\$ 183,2 bilhões, ou seja, 85,1% do PPA aprovado.

Eixos e Programas - Valores Previstos no PPA 2014-2017 e Liquidados em milhões R\$

Eixo	Programa	Previsto no PPA (a)	Liquidado (b)	% (b)/Total(b)	(b)/(a)
Compromisso com os direitos sociais e civis	3001,3002, 3003, 3006, 3007, 3010, 3013, 3017, 3018, 3022 e 3023	65.413,5	70.864,6	38,7	108,3
Desenvolvimento econômico sustentável com redução das desigualdades	3005, 3008, 3009, 3015, 3016, 3019 e 3020	46.236,3	28.165,7	15,4	60,9
Gestão descentralizada, participativa e transparente	3011 e 3012	1.404,9	869,6	0,5	61,9
Sem eixo	0000,3004, 3014, 3021, 3024 e 9999	102.246,3	83.319,6	45,5	81,5
Total		215.301,05	183.219,50	100,00	85,1

Fonte: Extração da base de dados do PPA 2014-2017 no site da PMSP/SF em 16.02.18 e extração da base de dados da execução orçamentária 2014-2017 da PMSP em 16.02.18 no sistema Átomo/Ábaco do TCMSP.

O eixo Compromisso com os direitos sociais e civis concentra, como sugere o nome, os programas relacionados às necessidades básicas da população, tais como educação (3010) e saúde (3003) e que também estão entre os maiores programas do PPA. Esse eixo é também o único eixo em que a execução superou a previsão (R\$ 70,9 bilhões contra R\$ 65,4 bilhões). Dois fatos o explicam: primeiro, os programas desse eixo são executados em sua maior



parte pelos próprios servidores da Prefeitura (médicos e professores); logo, sua execução não acrescenta nenhum gasto extra para o orçamento além daquele já previsto para o pagamento de salários. Segundo, o montante liquidado que excede a previsão inicial decorre de uma mudança de classificação, pois, como será visto adiante, a partir de 2015, o programa 3010 *Melhoria na qualidade e ampliação do acesso à educação* passou a receber recursos originariamente destinados ao programa 3004 (sem eixo) *Benefícios à previdência de funcionários*.

Já a pequena execução do eixo Desenvolvimento sustentável com redução das desigualdades (61%) se explica pelo fato deste eixo concentrar programas que fazem intenso uso de capital, representando por esse motivo um ônus adicional sobre o orçamento. Como exemplo, citem-se os programas 3008, *Melhoria de drenagem urbana e proteção das bacias hidrográficas* e 3009, *Melhoria da mobilidade urbana universal* que tiveram um baixo percentual de execução e fazem intenso uso de capital em sua realização.

Merece destaque ainda o conjunto de programas que não tem eixo definido e que respondem por 45% do total liquidado no PPA ou R\$ 83,3 bilhões. É nele que se encontram despesas obrigatórias e inadiáveis, como as relacionadas à previdência (programa 3004) e aos encargos gerais do município (programa 0000), ambos de valores expressivos. Esse fato também explica sua alta taxa de execução, a qual só não foi maior em razão da mudança de classificação citada mais acima.

3.3.2 - Despesas por Função de Governo

A análise da execução do PPA por função de governo (na elaboração do plano não houve definição dos gastos por essa variável) revela que os encargos do município juntamente com os gastos da previdência consumiram 29,6% dos gastos, e que saúde e educação, juntas responderam por 40% dos gastos. Dessa forma, para as demais 20 funções de governo (transporte, urbanismo, assistência social, habitação, etc) restaram pouco mais de 30% dos recursos ou cerca de R\$ 56 bilhões. Tal fato, dente outros ilustra por um outro ângulo o grau de comprometimento do orçamento municipal.

Valores Liquidados por Função 2014-2017		Em milhões R\$
Função (+cód.)	Liquidado	%
12 - Educação	37.940,2	20,7
10 - Saúde	35.428,4	19,3
09 - Previdência Social	35.018,4	19,1
28 - Encargos Especiais	19.315,1	10,5
15 - Urbanismo	17.124,9	9,3
26 - Transporte	15.706,4	8,6
08 - Assistência Social	4.376,7	2,4
16 - Habitação	3.287,2	1,8
04 - Administração	2.776,9	1,5
01 - Legislativa	2.738,1	1,5
13 - Cultura	1.934,3	1,1
06 - Segurança Pública	1.832,4	1,0
17 - Saneamento	1.811,9	1,0
Demais Funções	3.928,7	2,1
Total	183.219,5	100,0

Fonte: Extração, em 16.02.18, da base de dados da execução orçamentária 2014-2017 da PMSP no sistema Átomo/Ábaco.

As demais funções, Gestão Ambiental, Desporto e Lazer, Judiciária, Comunicações, Trabalho, Direitos da Cidadania, Comércio e Serviços, Defesa Nacional, Agricultura, Relações Exteriores e Reserva de Contingência consumiram R\$ 3,9 bilhões, ou seja, 2,1% do total das despesas.

3.3.3 - Despesas por Órgão

A classificação da distribuição dos gastos pelos órgãos acompanha basicamente a mesma dos programas que lhe foram atribuídos. O quadro apresentado a seguir sintetiza a distribuição dos valores totais previstos e liquidados para os programas do PPA 2014-2017, segundo os seus principais órgãos responsáveis:



Valor Previsto PPA e Liquidado - 2014-2017 por Órgão

Em milhões R\$

Órgão (+cód.)	Previsto no PPA (a)	Liquidado (b)	(b)/(a)	% (b) Acumulado
16 - SME	41.060,70	37.751,48	91,9	20,6
28 - EGM	34.131,29	28.337,23	83,0	36,1
84 - FMS	29.505,07	29.273,39	99,2	52,0
03 - IPREM	22.856,72	26.623,99	116,5	66,6
22 - SMSO	11.864,41	1.720,41	14,5	67,5
20 - SMT	9.685,80	11.191,78	115,5	73,6
87 - FMDT	9.471,17	4.025,67	42,5	75,8
81 - AMLURB/FMLU	8.823,41	8.099,02	91,8	80,2
01 - AHM	5.176,29	5.095,27	98,4	83,0
14 - SEHAB	5.142,24	863,70	16,8	83,5
41 / 72 - PR	4.725,28	3.860,14	81,7	85,6
93 - FMAS	3.564,81	3.774,63	105,9	87,7
12 - SMPR	2.911,33	1.226,47	42,1	88,3
98 - FUNDURB	2.448,00	818,85	33,4	88,8
09 - CMSP	2.406,86	1.932,84	80,3	89,8
Demais Órgãos	21.527,66	18.624,63	86,5	10,2
Total	215.301,05	183.219,50	85,1	100,0

Fonte: Extração da base de dados do PPA 2014-2017 no site da PMSP/SF em 16.02.18 e extração da base de dados da execução orçamentária 2014-2017 no sistema Átomo/Ábaco do TCMSP.

No quadro anterior verifica-se que 15 órgãos foram responsáveis por 90% dos valores liquidados e os demais 41 órgãos foram responsáveis por 10% das despesas liquidadas.

Os órgãos IPREM (Previdência Social) e SMT (Concessão de ônibus) são os que apresentaram os maiores valores liquidados, em relação aos aprovados no PPA. No IPREM foram liquidados R\$ 3,7 bilhões a mais e na SMT R\$ 1,5 bilhão, totalizando R\$ 5,2 bilhões.

Em contrapartida, os órgãos SMSO, FMDT, SEHAB, SME, FUNDURB e SMPR são os que apresentaram menores valores liquidados, em relação aos aprovados no PPA. Na SMSO foram liquidados R\$ 10,1 bilhões a menos, no FMDT R\$ 5,4 bilhão, na SEHAB R\$ 4,3 bilhões, SME R\$ 3,3 bilhões, FUNDURB R\$ 1,6 bilhão e SMPR R\$ 1,7 bilhão, totalizando R\$ 26,4 bilhões.

Os órgãos, FMS e AHM, apresentaram equilíbrio entre os valores liquidados e aprovados no PPA. O EGM apresentou valor liquidado inferior ao aprovado no PPA em R\$ 5,8 bilhões devido à renegociação do serviço da dívida pública interna municipal realizada em 2016 com a União.

3.3.4 - Despesas por Programas

O quadro apresentado a seguir contém os resultados financeiros apurados para os programas constantes do PPA 2014-2017, demonstrando os valores previstos e realizados (considerando-se para esse efeito os valores efetivamente liquidados) no quadriênio em questão:

Valor Previsto no PPA e Liquidado no Quadriênio 2014-2017 por Programa Em milhões R\$

Programa de governo (+cód.)	Órgão	Previsto (a)	Liquidado (b)	% (b)	(b)/(a)
3004 - Benefícios e Previdência de Funcionários	IPREM/SMG	49.800,7	38.860,4	21%	78%
3010 - Melhoria da qualidade e ampliação do acesso à educação	SME	21.548,2	32.322,9	18%	150%
3003 - Ações e serviços da saúde	FMS/SMS	25.335,0	24.969,1	14%	99%
3024 - Suporte Administrativo	Vários	27.111,2	24.609,1	13%	91%
0000 - Encargos Especiais	EGM	24.147,6	19.569,2	11%	81%
3009 - Melhoria da mobilidade urbana universal	SMT	24.131,6	16.268,1	9%	67%
3005 - Coleta seletiva de resíduos secos e orgânicos	AMLURB/FMLU	8.858,1	8.060,5	4%	91%
3022 - Requalificação e promoção da ocupação dos espaços públicos	SMDU/SMUL	7.203,8	4.494,6	2%	62%
3013 - Prevenção e Proteção às Vítimas da Violência	SMSU	3.233,1	2.993,1	2%	93%
3002 - Acesso à Moradia Adequada	SEHAB	2.775,0	2.405,9	1%	87%
3008 - Melhoria da drenagem urbana e proteção das bacias hidrográficas	SMSO	5.493,8	1.811,9	1%	33%
3023 - Superação da extrema pobreza	SMADS	1.691,9	1.235,6	1%	73%
3001 - Acesso à cultura	SMC	1.383,9	1.225,7	1%	89%
3020 - Proteção dos recursos naturais da cidade	SVMA	5.605,4	894,8	0%	16%
3011 - Modernização e descentralização da gestão e prestação de serviços	SMPR	1.306,5	842,5	0%	64%
3015 - Promoção da cidade como centro de eventos e destino turístico de referência	SGM	1.779,0	807,3	0%	45%
3006 - Direitos da pessoa com deficiência	SMPED	893,6	596,6	0%	67%
3017 - Promoção de atividades esportivas, recreativas e de lazer	SEME	1.185,5	497,1	0%	42%
3019 - Promoção do crescimento econômico e geração de postos de trabalho	SMTE	331,9	320,5	0%	97%
3014 - Processo Legislativo e Controle Externo	CMSP	367,4	162,2	0%	44%
3021 - Qualidade e transparência da receita e despesa	SF	379,4	118,8	0%	31%
3007 - Garantia dos direitos da população idosa	SMDHC	114,5	90,8	0%	79%
3018 - Promoção de uma cultura de cidadania e valorização da diversidade	SMDHC	49,0	33,3	0%	68%
3012 - Participação, transparência e controle social da administração pública	SMDHC	98,4	27,0	0%	27%
3016 - Promoção da cidade como centro de tecnologia e inovação	SMIT	36,5	2,7	0%	7%
9999 - Reserva de Contingência	EGM	440,0	-	0%	0%
Total		215.301,05	183.219,50	100%	85%

Fonte: Extração da base de dados do PPA 2014-2017 no site da PMSP/SF em 16.02.18 e extração da base de dados da execução orçamentária 2014-2017 da PMSP em 16.02.18 no sistema Átomo/Ábaco do TCMSP.



Programas 3004 - Benefícios e Previdência de Funcionários e 3010 - Melhoria da qualidade e ampliação do acesso à educação

Dos 26 programas de governo, o programa 3010 - *Melhoria da qualidade e ampliação do acesso à educação* foi o único em que os valores liquidados no quadriênio foram superiores aos aprovados no PPA 2014-2017. A diferença entre eles somou R\$ 10,7 bilhões. Em contrapartida, no programa 3004 - *Benefícios e Previdência de Funcionários* foram liquidados R\$ 10,9 bilhões a menor, em relação ao aprovado no PPA 2014-2017. O motivo dessa oscilação foi a troca entre os programas 3004 e 3010 a partir de 2015, porém os recursos permaneceram no quadriênio na atividade 2856 - Remuneração dos Profissionais do Magistério, conforme apresentado no quadro a seguir:

Execução da Atividade 2856 - Remuneração dos Profissionais do Magistério		Em milhões R\$	
Programa de Governo	Valor Previsto	Valor Liquidado	
		2014	2015-2017
3004 - Benefícios e Previdência de Funcionários	13,5	3,5	-
3010 - Melhoria da qualidade e ampliação do acesso à educação	-	-	11,0
Total	13,5	3,5	11,0
Total previsto na atividade 2856 - R\$ 13,5 bilhões			
Total Liquidado na atividade 2856 - R\$ 14,5 bilhões			

Fonte: Extração da base de dados do PPA 2014-2017 no site da PMSP/SF em 16.02.18 e extração da base de dados da execução orçamentária 2014-2017 da PMSP em 16.02.18 no sistema Átomo/Ábaco do TCMSP.

No programa 3004 - *Benefícios e Previdência de Funcionários* foram liquidados R\$ 38,8 bilhões. Os maiores valores foram destinados para pagamentos de aposentadorias e pensões sendo, R\$ 26,5 bilhões na atividade 8660 - *Aposentadorias e Pensões* e R\$ 6,8 bilhões na atividade 6821 - *Obrigações e Contribuições Patronais*.

No programa 3010 - *Melhoria da qualidade e ampliação do acesso à educação* foram liquidados R\$ 32,3 bilhões nas atividades e projetos destacadas no quadro a seguir:

11

Em milhões R\$	
Atividade/Projeto	Valor Liquidado
Atividade	31,8
2856 - Remuneração dos profissionais do magistério	11,1
2822 - Operação e manutenção do sistema municipal de ensino	8,5
2825 - Operação e Manutenção de CEIs e Creches da rede conveniada e outras modalidades de parcerias	6,3
6553 - Alimentação Escolar	1,7
2851 - Operação e Manutenção dos Centros Educacionais Unificados - CEU	1,2
2873 - Leve-Leite	0,8
2848 - Transporte Escolar	0,7
Demais atividades	1,5
Projeto	0,5
Diversos Projetos	0,5
Total	32,3

Fonte: Extração da base de dados do PPA 2014-2017 no site da PMSP/SF em 16.02.18 e extração da base de dados da execução orçamentária 2014-2017 da PMSP em 16.02.18 no sistema Átomo/Ábaco do TCMSP.

Programa 3009 - Melhoria da mobilidade urbana universal

Para o programa 3009 - *Melhoria da mobilidade urbana universal* estava previsto no PPA 2014-2017 despesas da ordem de R\$ 24,1 bilhões, sendo R\$ 11,6 bilhões em projetos (investimentos) e R\$ 12,5 bilhões em atividades. Na execução orçamentária, foram liquidados R\$ 16,2 bilhões, ou seja, 67,2% do total, restando R\$ 7,9 bilhões sem aplicação.

Dos R\$ 16,2 bilhões liquidados, foram investidos apenas R\$ 2,2 bilhões e em atividades foram liquidados R\$ 14,0 bilhões, conforme descritos nos quadros a seguir:

Em milhões R\$	
Projeto (investimento)	Valor Liquidado
5100 - Intervenções no Sistema Viário	1.058,1
3378 - Implantação e Requalificação de Corredores	574,2
Demais projetos	641,3
Total	2.273,6

Fonte: Extração da base de dados do PPA 2014-2017 no site da PMSP/SF em 16.02.18 e extração da base de dados da execução orçamentária 2014-2017 da PMSP em 16.02.18 no sistema Átomo/Ábaco do TCMSP.



Em milhões R\$	
Atividade	Valor Liquidado
4701 - Compensações tarifárias do sistema de ônibus	9.085,2
4702 - Serviços de Engenharia de Tráfego	2.695,7
4700 - Operação e manutenção do sistema municipal de transporte coletivo	1.539,8
4703 - Operação e Manutenção do Controle e Fiscalização de Tráfego	294,2
4658 - Operação e Manutenção da Sinalização do Sistema Viário	254,2
4656 - Manutenção do Policiamento de Trânsito	112,3
Demais atividades	12,7
Total	13.981,4

Fonte: Extração da base de dados do PPA 2014-2017 no site da PMSP/SF em 16.02.18 e extração da base de dados da execução orçamentária 2014-2017 da PMSP em 16.02.18 no sistema Átomo/Ábaco do TCMSP.

Em resumo, em relação aos valores previstos no PPA, foram aplicados R\$ 2,0 bilhões a mais em compensações tarifárias do sistema de ônibus e não foram investidos R\$ 9,4 bilhões previstos no PPA 2014-2017, sendo R\$ 5,7 bilhões no projeto 3378 - *Implantação e Requalificação de Corredores* e R\$ 2,3 bilhões no projeto 3750 - *Implantação e requalificação de terminais de ônibus urbanos* e R\$ R\$ 1,4 bilhão no projeto 5007 - *Execução do Plano Viário Sul*.

Programas 3012 - Participação, transparência e controle social da administração pública, 3016 - Promoção da cidade como centro de tecnologia e inovação e 3020 - Proteção dos recursos naturais da cidade

Os programas 3016 - *Promoção da cidade como centro de tecnologia e inovação*, 3012 - *Participação, transparência e controle social da administração pública* e 3020 - *Proteção dos recursos naturais da cidade* apresentaram reduzido percentual de liquidação da despesa, 27% no programa 3012 e 7% e 16% nos programas 3016 e 3020, respectivamente.

Para o programa 3016 - *Promoção da cidade como centro de tecnologia e inovação*, estavam previstos investimentos na ordem de R\$ 32,2 milhões na criação de Parque Tecnológico da Zona Leste, porém, não houve nenhuma liquidação para esse projeto no quadriênio.

Para o programa 3012 - *Participação, transparência e controle social da administração pública* estavam previstos no PPA R\$ 98,4 milhões e foram gastos, apenas, R\$ 27,0 milhões. As maiores reduções ocorreram nas atividades 2803 - *Operação e Manutenção dos Conselhos e Espaços*

Participativos Municipais e 2123 - Ações de promoção da ocupação do espaço público pela cidadania no total de R\$ 30,8 milhões e na atividade 8262 - *Promoção da Transparência, do Acesso à Informação e do Controle Social* com redução de R\$ 5,0 milhões.

Para o programa 3020 - *Proteção dos recursos naturais da cidade* estava previsto no PPA R\$ 5,6 bilhões, mas só foram gastos R\$ 895,0 milhões. Desse total, R\$ 4,7 bilhões eram investimentos e somente foram investidos R\$ 351,3 milhões.

3.3.5 - Despesas por Projetos

Os valores totais previstos apresentados para os programas no quadro do subitem 3.3.4 anterior englobam as despesas com projetos e atividades.

Para uma melhor visualização do que efetivamente seria aplicado em investimentos no período considerado, o Anexo I (fl. 22) exhibe os valores dos projetos por programa conforme previstos no PPA 2014-2017.

A partir dos dados desse Anexo I, no quadro abaixo estão destacados os principais programas que possuem uma maior aplicação em projetos, em relação ao seu valor total previsto e em relação ao total de aplicação em projetos prevista no PPA 2014-2017:

Programas x Projetos - PPA Quadriênio 2014-2017 e Liquidados

Valores em milhões R\$

Programa de governo (+cód.)	Total Programa (a)	Total Projeto (b)	% (b)	% (b/a)	Total Liquidado Projeto (c)	% (c)	% (c/b)	% (c/a)
3009 - Melhoria da mobilidade urbana universal	24.131,60	11.616,11	32,13	48,14	2.273,60	25,11	19,57	9,42
3008 - Melhoria da drenagem urbana e proteção das bacias hidrográficas	5.493,80	4.758,63	13,16	86,62	1.221,26	13,49	25,66	22,23
3020 - Proteção dos recursos naturais da cidade	5.605,40	4.732,48	13,09	84,43	351,32	3,88	7,42	6,27
3022 - Requalificação e promoção da ocupação dos espaços públicos	7.203,80	4.266,71	11,80	59,23	1.519,28	16,78	35,61	21,09
3002 - Acesso à Moradia Adequada	2.775,00	2.461,57	6,81	88,71	1.885,78	20,83	76,61	67,96
Total	45.209,60	27.835,50	76,98	61,57	7.251,24	80,10	26,05	16,04
Demais Programas	170.091,40	8.322,83	23,02	4,89	1.801,58	19,90	21,65	1,06
Total Geral	215.301,00	36.158,33	100,00	16,79	9.052,82	100,00	25,04	4,20

Fonte: Extração da base de dados do PPA 2014-2017 no site da PMSP/SF em 16.02.18 e extração da base de dados da execução orçamentária 2014-2017 da PMSP em 16.02.18 no sistema Átomo/Ábaco do TCMSP.



Os 26 programas de governo aprovados no PPA 2014-2017 somaram R\$ 215,3 bilhões. Destes, R\$ 36,1 bilhões eram destinados a projetos (investimentos) e o somatório dos programas 3002, 3008, 3009, 3020 e 3022 correspondia a R\$ 27,8 bilhões, ou seja, 76,9% desse total e para os demais programas R\$ 8,3 bilhões (23,1%).

A execução orçamentária do quadriênio 2014-2017 revelou que foram liquidados em investimentos (projetos) apenas R\$ 9,0 bilhões, ou seja, 25,0% dos R\$ 36,1 bilhões aprovados no PPA 2014-2017. Os investimentos nos programas 3002, 3008, 3009, 3020 e 3022 somaram R\$ 7,2 bilhões, ou seja, 80,1% do total investido.

No programa 3020 - *Proteção dos recursos naturais da cidade* foi investido, apenas, R\$ 351,3 milhões, ou seja, 7,4% do total aprovado de R\$ 4,7 bilhões e no programa 3008 - *Melhoria da drenagem urbana e proteção das bacias hidrográficas* R\$ 1,2 bilhão, (25,6%) do total aprovado de R\$ 4,7 bilhões.

Em contrapartida, no programa 3002 - *Acesso à Moradia Adequada* foi investido R\$ 1,8 bilhão, 76,6% do total aprovado para o programa.

Diante do exposto, a partir desses resultados apresentados com relação à execução financeira em 2014 dos programas previstos no PPA 2014-2017, observa-se que a realização de suas ações, especialmente aquelas ligadas aos projetos de investimentos, encontra-se bem abaixo dos patamares previstos.
(Conclusão item 4 "b")

3.3.6 - Metas e Indicadores

No detalhamento dos programas, contido nos anexos que compõem o PPA 2014-2017, foram informados os órgãos responsáveis, os seus objetivos, as principais ações de projeto definidas, os seus produtos esperados e as respectivas metas físicas e financeiras previstas para 2014 e para o triênio 2015-2017.

Cabe observar que as metas físicas e financeiras das ações para o período 2015-2017 estão englobadas, porém, não havendo, seu detalhamento por exercício. No entanto, a própria lei do PPA 2014-2017 estabelece, no parágrafo

2º do seu artigo 4º, que a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO estabelecerá as metas e prioridades para cada ano, promovendo os ajustes eventualmente necessários ao Plano Plurianual.

Para cada um dos programas abrangidos no PPA 2014-2017 foram criados um ou mais indicadores, que estabelecem uma relação causal entre parâmetros relacionados com os respectivos objetivos pretendidos.

Para esses indicadores foram identificados a sua unidade de medida, a fonte, o índice e a data de referência do último resultado verificado, bem como o resultado esperado para 2017 com a conclusão de todas as ações previstas.

No entanto, conforme demonstrado no quadro do Anexo II (fl. 23), para a grande maioria desses indicadores não foram definidos os resultados esperados, nem parciais para o período abrangido no PPA 2014-2017 nem para o seu encerramento em 2017. **(Conclusão item 4 “a”)**

De fato, de acordo com os dados desse quadro, dos 106 indicadores estabelecidos para os 20 programas finalísticos previstos no PPA 2014-2017, apenas 7 deles têm a apresentação de seu resultado esperado para 2017.

Cabe ressaltar ainda que também não foram determinados os índices de referência para vários desses indicadores (dos 106 indicadores definidos, para 17 não foram estabelecido os índices de referência) e, para aqueles onde esse índice foi estabelecido, as suas respectivas datas de referência estão, via de regra, distantes do período de abrangência desse PPA.

Dessa forma, em não tendo havido a atualização desses parâmetros, não será possível a avaliação das eventuais evoluções observadas nos resultados alcançados em função da realização das metas físicas e financeiras previstas para os programas e ações do PPA em questão.

Cabe observar ainda a ausência de divulgação desses resultados relativos ao cumprimento das metas do Plano Plurianual - PPA e de seus respectivos indicadores nos sítios da Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP na internet, não aderindo assim aos aspectos da transparência ativa no acesso a informação estabelecidos no artigo 8º da Lei Federal nº 12.527 de



18.11.2011 e no artigo 10 do Decreto Municipal nº 53.623 de 12.12.2012.

(Conclusão item 4 "d")

3.4 - Responsável pela área fiscalizada

Secretaria Municipal da Fazenda - SF:

Caio Megale - Secretário Municipal

Lucilene Oshiro Correa - Subsecretária de Planejamento e Orçamento Municipal

Ahmed Sameer El Khatib - Coordenador da Coordenadoria do Orçamento

Rodrigo Kreis de Paula - Coordenador da Coordenadoria de Planejamento

4 - CONCLUSÕES

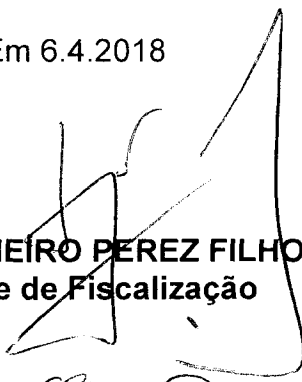
Tendo em vista a avaliação do cumprimento das metas do Plano Plurianual 2014-2017 abrangendo as ações realizadas no quadriênio 2014/2017, conforme **item 3** do presente relato, foram observadas as seguintes constatações:

- a) A grande maioria dos indicadores adotados para os objetivos dos programas previstos no PPA 2014-2017 não tem definidos os seus resultados esperados, nem parciais para os exercícios abrangidos nem para o seu encerramento em 2017, bem como não foram determinados também os índices de referência para vários desses indicadores e, para aqueles onde esse índice foi estabelecido, as suas respectivas datas de referência estão, via de regra, distantes do período do início da abrangência desse PPA (**subitem 3.3.6**);
- b) A partir da análise dos resultados observados com a utilização dos dados financeiros extraídos do Sistema ÁBACO deste Tribunal, com relação à execução financeira do quadriênio 2014-2017 dos programas previstos no PPA observa-se que a realização de suas ações, especialmente aquelas ligadas aos projetos de investimentos, encontra-se bem abaixo dos patamares previstos (**subitem 3.3.5**);
- c) Os dados sobre a realização do PPA 2014-2017 carecem de uma avaliação criteriosa a ser feita no âmbito de cada um dos órgãos envolvidos na execução de suas ações e também pela Coordenadoria de Planejamento – COPLAN, atualmente ligada à Secretaria Municipal da Fazenda - SF, que deveria deter

também a compilação dos dados do cumprimento das metas físicas apresentados pelas unidades responsáveis pela realização dos programas. Essa avaliação deve abranger também os resultados apurados para os indicadores estabelecidos no PPA para os objetivos de cada um dos programas previstos **(item 3.3)**;

- d) Ausência de divulgação dos resultados relativos ao cumprimento das metas do Plano Plurianual - PPA e de seus respectivos indicadores nos sítios da Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP na internet, não aderindo assim aos aspectos da transparência ativa no acesso a informação estabelecidos no artigo 8º da Lei Federal nº 12.527 de 18.11.2011 e no artigo 10 do Decreto Municipal nº 53.623 de 12.12.2012 **(subitem 3.3.6)**.

Em 6.4.2018



JOSÉ JANEIRO PEREZ FILHO
Agente de Fiscalização



RUBENS ANTÔNIO NIGRO RAMOS
Agente de Fiscalização



**Excelentíssimo Senhor
Conselheiro Relator**

O Plano Plurianual 2014-2017 chega ao seu final com custo de R\$ 183,2 bilhões (liquidados) ou 85% dos recursos a ele destinados originariamente. Apenas 5% desse montante (R\$ 9 bilhões) foram destinados a projetos, pois o restante foi direcionado para custeio da máquina pública, dado que apenas três programas, destinados à previdência, suporte administrativo e encargos especiais consumiram no quadriênio 45% dos recursos do PPA ou R\$ 83,2 bilhões. Dentre os projetos, os que mais receberam recursos foram os relacionados à mobilidade urbana, como intervenções no sistema viário (R\$ 1 bilhão) e implantação de corredores (R\$ 600 milhões), e os relacionados à habitação (R\$ 1,9 bilhão). Em todos os casos, porém tais recursos constituem uma pequena parcela do que fora previsto inicialmente.

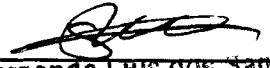
Compreende-se que a estrutura das despesas do PPA assuma tal configuração, o que não se explica é o fato de a administração não possuir informações acerca das realizações do PPA, não informar como se deu a evolução de seus índices nem apresentar instrumentos que permitam fazer a correspondência com o Programa de Metas. Já na primeira análise do Plano, realizada em 2015, alertávamos para a necessidade de que se definissem os resultados esperados para os indicadores e índices de referência. De igual modo, apontávamos a importância de que os resultados físicos das metas fossem compilados pela Secretária da Fazenda para que se avaliasse a efetividade do Plano. Passados três anos, nada foi feito, e, por absoluta falta de dados, não é possível analisar as realizações do PPA, que, infelizmente, tornou-se um instrumento apenas burocrático, que não impacta o dia a dia do cidadão.

São essas, Senhor Conselheiro, as principais conclusões da auditoria realizada pelos agentes de fiscalização José Janeiro Perez Filho e Rubens Antônio de Nigro Ramos, as quais acompanho na íntegra e agora submeto à apreciação de Vossa Excelência.

Em 10.4.2018


DILSON FERREIRA DA CRUZ JR.
Coordenador da Coordenadoria VIII

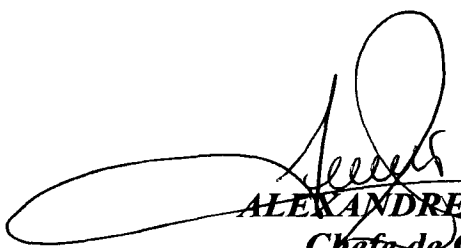



Fernando Luis dos Santos
Gab-MF

À
UNIDADE TÉCNICA DE OFÍCIOS
Senhora Supervisora

Por ordem do *Excelentíssimo Senhor Conselheiro MAURICIO FARIA*, expeçam-se ofícios à Câmara Municipal de São Paulo para **ciência** e as Secretarias do Governo e da Fazenda, em **caráter prioritário**, para que, ciente do teor das conclusões alcançadas no Relatório da Auditoria, fls. 24 a 33, apresente a este Tribunal, **no prazo de 15 (quinze) dias**, as informações e esclarecimentos que cabíveis.

São Paulo, 19/04/2018


ALEXANDRE CORDEIRO
Chefe de Gabinete

CS/fls



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº.....

12

do processo nº 15-296 de 2018 13, 4 / 18 (a).....

Ref: Protocolo Geral nº 270605

Diário Oficial do
Estado de São Paulo
13/04/2018

A Presidência.

23/04/2018

ANGELA VITA MACEDO
Supervisora de Equipe de Protocolo e Autuação
SGA.6

Câmara Municipal de São Paulo
Gabinete da Presidência

Data 23/04/18

Horas 09:38

Bernardo Lopes



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Papel para informação, rubricado como folha nº 13

do processo nº 15-296 de 20.18.23.4.18 (a) *[assinatura]*

**REF.: Ofício SSG-GAB nº 8296/2018 – Tribunal de Contas do
Município de São Paulo**
**ASS.: Prefeitura do Município de São Paulo- Plano Plurianual –
PPA (2014-2017)**
TID: 17588455

À
SGP – Secretaria Geral Parlamentar
Senhor Secretário Geral,

Segue o presente expediente, para
conhecimento e ulteriores providências a cargo dessa Secretaria.

Presidência, 23 de abril de 2018.

[assinatura]
Paulo Cesar Tagliavini
Chefe de Gabinete
Presidência



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Papel para informação, rubricado como folha nº 14

do processo nº 15-296 de 2018 23/4/18

(a)

Ref.: Tribunal de Contas do Município de São Paulo.
Ofício SSG-GAB 8296/2018 – Processo TC 72.001.459.18-50.
Assunto: Prefeitura do Município de São Paulo – Auditoria – Plano Plurianual –
PPA (2014-2017).
TID 17588455.

SGP-22

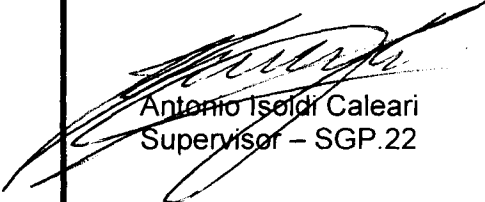
Senhor Supervisor:

Encaminho o expediente em referência, para que seja cadastrado e autuado como "documento recebido – DOCREC". Após, encaminhe-se à Comissão de Finanças e Orçamento.

São Paulo, 23 de abril de 2018.


Raimundo Batista
Secretário Parlamentar Adjunto

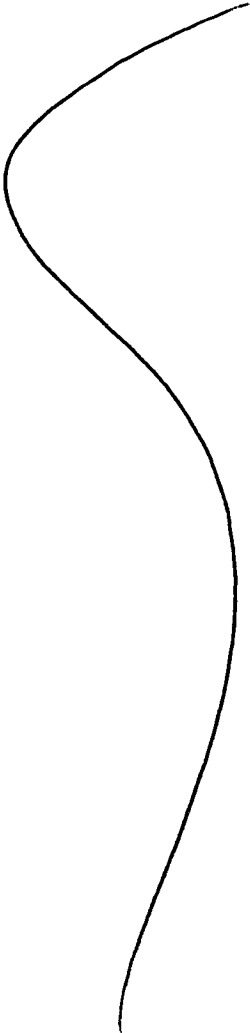
À
Comissão de Finanças e Orçamento.
São Paulo, 23 de abril de 2018.


Antonio Isoldi Caleari
Supervisor – SGP.22

RECEBIDO
Comissão Finanças e Orçamento.

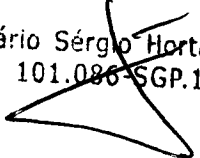
Em 23/04/18 às 18:50

Mário Sérgio Horta
RF. 101.086-SGP.12



Segue - juntado - nesta data, documento(s)
e papel de informação rubricado - sob folhas
nº 15 Em 24/04/18

Mário Sérgio Horta
RF. 101.086-SGP.12





CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

Protocolo de entrega do Memorando de FIN nº 025/2018

Folha nº <u>15</u>	do Proc. Nº <u>296</u>	de 20 <u>18</u>
Mário Sérgio Horta		
RF. 101.086-5GP12		

São Paulo, 24 de abril de 2018.

Memorando de FIN nº 032/2018

Senhor (a) Vereador (a),

Informo ter enviado a Vossa Excelência nesta data, via correio eletrônico, versão digital do(s) DOCREC(s) abaixo(s) relacionado(s). Informo também que o processo original ficará à disposição para consulta por 15 dias a contar da data da entrega deste memorando.

- **DOCREC 296/2018 – TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO** – Encaminha a reprodução do E. Despacho do Excelentíssimo senhor Conselheiro Maurício Faria, bem como cópia do relatório elaborado pela Subsecretaria de Fiscalização e Controle desta corte. TC nº 72.001.459.18-50.

Findo o prazo os autos serão encaminhados ao Arquivo Geral. **O termo final do prazo será atingido em 09/05/2018.**

Atenciosamente,

Mário Sérgio Horta
Secretário da Comissão de Finanças e Orçamento

DATA DA ENTREGA - 24/04/18

DESTINATÁRIO	SALA	RECEBIDO POR	RF	DATA / HORA
JAIR TATTO	1018	Marcelo Fr. Imof	600.469	24/04/18
OTA	1014 1014	Andreza R	600229	24/04/18 10:34:08
RUTE COSTA	1016	Sandra	234654	24/04/18 14:10
ATÍLIO FRANCISCO	1010	Muzelle	600-508	24/04/18
RICARDO NUNES	908	Isabela Ferreira	600280	24/04/18 14:12
SONINHA	709	Jr. Paulo Cordeiro	231 106	24/04/18 14:15
ISAC FELIX	521	Dayane Gomes Sampaio	230572	24/04/18 14:17
FERNANDO HOLIDAY	515	Lucas Fernando Logez	600539	24/04/18
ADRIANA RAMALHO	421	Regiane Sant'Anna	230557	24.04.2018
CTEO	212B	Isabel	51680	24/4/18 14:23

A SGP 33 para arquivamento

São Paulo 07/06/18

Mário Sérgio Horta
RF. 101.086-SGP.12

Segue(m) juntado(s), nesta data,
documento(s) rubricado(s) sob
nº 16 e folha de informação
sob nº 16 07/06/2018

CIRO SOL PAVAN MONTAUT
Técnico Administrativo
RF: 11.329



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Papel para informação, rubricado como folha n° 16
do processo 15-296 de 2018 07/06/2018

Ciro Sol Pavan Montebat
RF 11329

**SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO
SUPERVISÃO DE ARQUIVO GERAL**

Proc. encerrado com 16 fls.
Arquivado em 07/06/2018
O Funcionário

Ciro Sol Pavan Montebat
RF 11329